

Celso Furtado

Ex-superintendente da Sudene
Ex-ministro do Planejamento

NORDESTE O TEMPO PERDIDO

As duas grandes secas dos anos 50 — a de 1952 e a de 1958 — foram acompanhadas por medidas governamentais de longo alcance, que indicavam uma aguda consciência nacional sobre a ineficácia da repetitiva construção de açudes e das demais medidas assistencialistas, aplicadas desde o início do século. Tanto a criação do Banco do Nordeste do Brasil como a do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (embrião da Sudene) expressavam a generalização da idéia de que os aspectos físicos eram apenas um dos componentes do drama nordestino.

Chefiado por Celso Furtado, o GTDN divulgou em 1959 um documento histórico, que discutia a falta de adaptação da economia local às condições naturais e definia um programa de reformas estruturais. Grandes esperanças foram despertadas. A intervenção do Estado na região tomaria novos rumos, procurando induzir a formação de um centro dinâmico de crescimento industrial capaz de absorver mão-de-obra local. Quanto à política agrícola, propunha-se um assentamento de pequenos proprietários nas terras férteis do Maranhão e a realização de uma reforma agrária nas áreas irrigáveis vizinhas aos reservatórios e em parte dos latifúndios açucareiros. Era o caminho para um aumento consistente na oferta de alimentos às populações locais.

Depois de 1964, tais proposições foram abandonadas. A migração de sempre e o aumento da capacidade de retenção de água voltaram a ocupar o centro da ação governamental nos sertões secos. A política agrária deixou intocado o poder do latifúndio, e a industrial subsidiou a implantação de filiais de empresas sediadas no Sudeste ou no exterior.

Mais de 20 anos se passaram. No entanto, parece atual um dos pontos de partida do texto de 1959: "... a seca não é hoje problema social menos grave do que quando se iniciou o combate sistemático aos seus efeitos." Na época, tratava-se de constatação inquietante. Hoje, soa patética, principalmente porque a vulnerabilidade do Nordeste não é maior apenas no que diz respeito às calamidades físicas, que são sua marca desde os tempos da colonização. A esta, somaram-se as mazelas decorrentes de uma integração perversa aos sistemas econômicos nacional e internacional.

Não há debate sério sobre o Nordeste que não recupere a idéia de reformas estruturais, conquista que representa um ponto sem retorno para o pensamento social brasileiro. Generalizada na década de 1950 e obscurecida em anos recentes, essa idéia volta a se impor como elemento essencial para os que desejam construir um Nordeste — e um Brasil — melhor.



gravura Samico

E stá aberto um debate sobre os aspectos estruturais e conjunturais da crise que aflige o Nordeste e sobre as perspectivas, pouco encorajadoras, que se apresentam à região num futuro previsível. Já não se trata, como era corrente no passado, de conciliábulos a que tinham acesso apenas alguns iniciados. Hoje, a problemática da crise é tema de discussão nas praças públicas, e não apenas nas grandes cidades. Contudo, somente as universidades dispõem de meios para promover um estudo profundo e contínuo sobre os complexos problemas da região e, além disso, levar ao conhecimento da opinião pública informações valiosas que, com frequência, os centros de poder mantêm fora de toda a visibilidade.

Sobre alguns pontos do amplo debate em curso, parece haver convergência de opiniões. Pode-se dar como certo, por exemplo, que se avançou consideravelmente no conhecimento da região, de suas possibilidades e limitações. No campo da pedologia como no da hidrologia, dispõe-se agora de um número apreciável de monografias de elevado padrão técnico, que expressam avanços significativos alcançados no conhecimento da ecologia regional. As estru-

turas agrárias foram mapeadas, o que nos permite ter uma idéia relativamente acurada da morfologia das explorações rurais e do tecido de relações sociais subjacentes ao sistema de produção e apropriação da renda agrícola.

Dispõe-se também de uma visão mais fiável do ciclo hídrico em que se inserem as estiagens intermitentes. Um conhecimento mais aprimorado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, bem como das características físico-químicas dos solos, permite formar uma idéia dos limites e das peculiaridades das áreas de irrigação economicamente viável. Também foram grandes os avanços no conhecimento da forma como se distribui a renda e da configuração da demanda daí resultante.

Em síntese, à diferença do que ocorria há um quarto de século, quando preparamos o documento "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste" (trabalho técnico que conduziu à criação da Sudene), hoje dispõe-se de razoável conhecimento da base física e das estruturas econômicas e sociais da região.

Um segundo ponto sobre o qual também parece existir certo consenso, pelo menos entre os estudiosos com maior

autoridade no trato desses problemas, diz respeito à não correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento na evolução recente da região. É mesmo corrente que se afirme ser o Nordeste dos anos 60 e 70 um caso exemplar daquilo que hoje se chama mau-desenvolvimento. Poucas regiões do Terceiro Mundo terão logrado, num período continuado de dois decênios, taxas de crescimento tão elevadas, ou processo de industrialização tão intenso. A participação do investimento no produto interno alcançou níveis raramente iguais no mundo subdesenvolvido, traduzindo um considerável esforço de acumulação.

Ora, se é verdade que houve melhora considerável da infra-estrutura física, particularmente nos setores de transporte e energia, não é menos evidente que os salários reais da grande massa da população em nada refletiu esse crescimento, e que a grande maioria da população rural de pouco ou nada se beneficiou. É verdade que a classe média, antes raquítica na região, passou a ocupar um espaço importante. Em compensação, a taxa de subemprego invisível (pessoas que ganham até um salário mínimo em sua ocupação principal) se

mantinha em torno de 80% no ano de 1979. A emergência de uma classe média afluyente, em meio à pobreza absoluta da maioria da população, é a maior evidência do malogro da política de desenvolvimento ali adotada.

O terceiro ponto em torno do qual as opiniões também convergem — ainda que nem sempre de forma explícita — refere-se ao fato de que a crise em que submergiu todo o país possui múltiplas e complexas causas, mas quicá nenhuma dá tanto peso como a situação de desgoverno que prevalece entre nós há alguns anos. Sobre este ponto não me estenderei, mas considero da maior importância que o tenhamos em conta, pois, enquanto o país permanecer prostrado e exangue, a margem de manobra para atuar no Nordeste será necessariamente reduzida.

A recessão que se abateu sobre o Brasil — em grande parte, por obra de seus próprios governantes — tem como alavanca mestra um corte brutal nos investimentos públicos, donde resulta que as regiões mais dependentes de aplicações de recursos do governo federal são particularmente sacrificadas. Se continua a prevalecer o ponto de vista dos recessionistas, que colocam os interesses dos bancos credores acima de quaisquer outras considerações na formulação de nossa política econômica, tem o Nordeste de se preparar para um prolongado período de retrocesso econômico, o que conduzirá ao desmantelamento de boa parte do que se construiu no último quarto de século. Não cabe fazer nenhuma previsão sobre as formas que assumirá esse retrocesso e suas projeções nos planos político e social. Limito-me a expressar uma opinião: mais do que em qualquer outra região do país, é no Nordeste que essa política deve ser combatida por todos os meios.

Escapa a qualquer racionalidade e constitui crime contra o povo, condenar uma região em que 2/3 da população vivem no nível da pobreza absoluta a anos de retrocesso, a destruir os instrumentos de trabalho nos setores mais modernos de sua economia, a paralisar obras essenciais — tudo isso para que o Brasil cumpra metas de ajustamento do balanço de pagamentos impostas por banqueiros que se beneficiam de elevações exorbitantes das taxas de juros. Tradicionalmente, o Nordeste apresenta amplo excedente em suas relações comerciais com o exterior. Ainda

em 1979, esse excedente correspondeu a 44% das exportações internacionais da região, que, ademais, é auto-suficiente no que respeita a fontes primárias de energia. Portanto, a região tem o direito de exigir que a política de reajustamento do balanço de pagamentos leve na devida conta seus interesses vitais. Um dos objetivos da criação da Sudene foi exatamente capacitar o Nordeste para participar eficazmente dos centros formuladores da política econômica e financeira do país. Essa, aliás, a razão porque, no início, seu superintendente era membro de pleno direito daquilo que hoje se chama Conselho Monetário Nacional.

O primeiro passo para repensar o Nordeste é repensar o Brasil, tendo presente a situação angustiante em que se encontra a região. Compreendo que os banqueiros defendam seus interesses, se bem que a ninguém escapa a imoralidade que existe em extorquir juros quatro vezes mais altos do que aqueles vigentes na época dos contratos originais. O que não compreendo é que nós não defendamos com o mesmo empenho o direito que tem nosso povo de sobreviver. Esta perplexidade existe hoje em todo o mundo, quando nas televisões se exibem cenas que expõem o desespero de milhões de nordestinos privados do essencial.

Se conseguirmos, no plano nacional, satisfazer essa condição básica — que é a reconquista do direito de ter uma política de desenvolvimento — terá chegado a hora da verdade para os nordestinos. Afinal, o que significa, para o Nordeste nas circunstâncias atuais, desenvolvimento?

A experiência dos últimos 20 anos nos ensinou amplamente que, se não se atacam de frente os problemas fundamentais, o esforço de acumulação tende a reproduzir e a agravar o mau-desenvolvimento. E quais são os problemas fundamentais?

Há um quarto de século, no trabalho que deu origem à Sudene, escrevíamos: "O colapso de uma produção de alimentos organizada como agricultura de subsistência assume, necessariamente, dimensões de calamidade social... O impacto da seca concentra-se no segmento mais frágil do sistema: a agricultura de subsistência. Daí que suas repercussões sociais sejam tão profundas." Mais adiante, acrescentávamos: "Tanto as medidas de curto como as de longo prazo têm contribuído para fixar na região um excedente demográfico cres-

cente, sem modificar em nada os dados fundamentais do problema." A recomendação que emergia dessa percepção da realidade era clara: cabia dar prioridade à transformação da economia da zona semi-árida para torná-la mais resistente ao impacto das secas. Portanto, a solução não estava apenas em injetar recursos e subsidiar investimentos, pois estes podiam repetir os erros do passado, contribuindo para incrementar a densidade demográfica sem aumentar a resistência das atividades produtivas à seca, particularmente no que diz respeito à produção de alimentos para a população local.

D ispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor à massa da população nordestina. Nossa responsabilidade agora é velar para que não se repitam os mesmos erros, ou melhor, para que não se volte a adotar falsas políticas de desenvolvimento, cujos benefícios se concentram nas mãos de pequenos grupos.

No diagnóstico de há um quarto de século, dizíamos claramente que era necessário abrir os olhos para a evidência de que a raiz da fragilidade da economia nordestina estava em seu setor agrário. Convinha não esquecer que, comparativamente ao sul do país, a região é pobre em solos agriculturáveis. No documento referido, chamava-se a atenção para o fato de que a quantidade de terra cultivada por trabalhador era, no Centro-Sul, quase o dobro da que se observava no Nordeste. Em segundo lugar, havia o fato histórico de que os melhores solos não produziam para dar de comer à população regional, mas para criar excedentes de exportação. Por último, era necessário ter em conta que a organização sócio-econômica da região semi-árida fazia incidir sobre a população mais pobre o mais duro impacto das secas periódicas.

A conclusão já parecia então irrefutável: a menos que o Nordeste reconstrua todo o seu setor agrícola, capacitando-o para assegurar uma oferta adequada de alimentos, os caminhos de acesso ao desenvolvimento continuarão bloqueados. As classes médias sempre encontram uma saída abastecendo-se fora da região. Os sacrificados são as massas urbanas de baixo nível de renda e os que dependem da agricultura de subsistência para alimentar-se. A crescente dependência da importação de alimentos significava que os preços destes ten-

diam a elevar-se, relativamente aos padrões do Centro-Sul, com óbvias consequências negativas para o desenvolvimento das atividades industriais.

Esta visão da realidade explica que três das quatro diretrizes básicas da política que sugerimos em 1959 se hajam referido à necessidade de empreender a reconstrução do conjunto do setor agrícola. A estratégia proposta consistia em atacar o problema em três frentes: a zona úmida, a zona semi-árida e a fronteira agrícola na periferia subamazônica. Pareceu-nos ser esse o caminho mais curto e mais seguro para dotar a região de uma estrutura agrária capaz de viabilizar seu desenvolvimento.

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade em escala microeconômica, mas principalmente uma via de acesso a formas sociais mais aptas para estimular a criatividade humana e para responder às aspirações de uma coletividade. É fácil ver, nessa ótica, que um dos seus aspectos

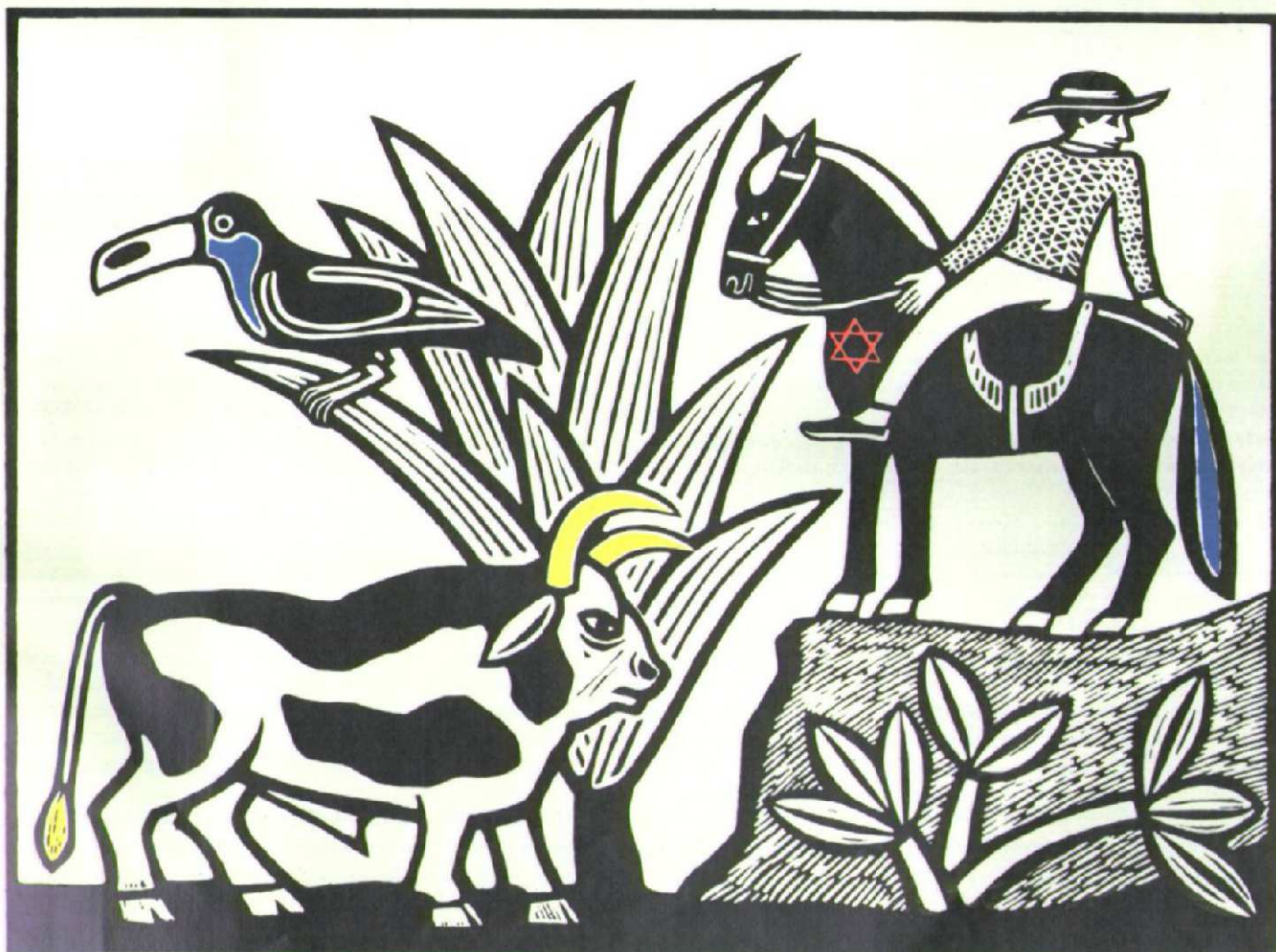
fundamentais reside na conformação assumida pelo setor agrário.

As estruturas agrárias dos países que lideraram o processo de desenvolvimento econômico e social não são o fruto de uma evolução necessária, ou seja, não são simples respostas ou adaptação ao avanço da acumulação e das técnicas incorporadas aos instrumentos de produção. Essas estruturas resultam de uma opção política orientada para a formação de uma classe de agricultores aptos a assumir um papel dinâmico no processo de desenvolvimento.

A empresa agrícola apresenta diferenças fundamentais com respeito à industrial. Não somente porque em relação a ela não se aplica o conceito de economias de escala de produção, germe do processo de concentração do poder econômico. Mas, principalmente, porque sua forma de inserção ecológica estabelece limites à divisão social do trabalho, tanto no tempo como no espaço. Essa a razão pela qual a empresa agrícola predominante, nos países de agricultura mais avançada, continua a ser a familiar.

Mais precisamente: tendeu a ser a familiar. Com efeito, na Europa Ocidental, o predomínio da unidade familiar autônoma de exploração agrícola é fenômeno da segunda metade do século passado e principalmente do atual. Os Estados Unidos, com seu sistema de *homestead* para a ocupação da fronteira, foram pioneiros na matéria. No Japão, a evolução deu-se por outro caminho, com a liberação das explorações familiares, após a Segunda Guerra Mundial, das múltiplas servidões que sobre elas pesavam.

É corrente que se pense que uma reforma agrária pode constituir um avanço no plano social, mas envolve elevado custo econômico. Trata-se de uma opinião equivocada. O verdadeiro objetivo da reforma agrária é liberar os agricultores para que se transformem em atores dinâmicos no plano econômico. Daí terem fracassado, do ponto de vista econômico, as reformas agrárias que desembocaram na coletivização generalizada das terras. As estruturas agrárias tradicionais engendram a passividade,



Gravure Samico

razão pela qual subutilizam o potencial produtivo do mundo rural. Por outro lado, a grande empresa agrícola moderna pressupõe alto nível de capitalização e só apresenta óbvias vantagens, no plano operacional, em setores circunscritos da atividade agrícola.

Um maior dinamismo dos produtores agrícolas traduz-se em uma oferta de alimentos mais elástica, o que beneficia o conjunto do povo e, ao elevar o nível de vida da população rural, estimula o mercado de produtos não-agrícolas. No caso brasileiro, e mais particularmente no nordestino, a estrutura agrária é a causa principal da extremada concentração de renda no conjunto da economia. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no resto das atividades produtivas, mas pelo fato de que, não havendo no campo nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida para a massa trabalhadora, a população rural tende a deslocar-se para as zonas urbanas, congestionando nestas a oferta de mão-de-obra não especializada. A sobreurbanização que se observa no Nordeste é uma das conseqüências nefastas de sua estrutura agrária.

Hoje, temos uma percepção mais clara dessa dramática realidade. Já antes da enorme calamidade que flagelou a região a partir de 1979, mais de 90% da crescente população urbana nordestina sofriam de carência alimentar. Cerca de metade dessa população padecia de graves deficiências calóricas, ou seja, de uma insuficiência alimentar da ordem de 400 calorias diárias, ou mais. Não vou reproduzir o quadro social calamitoso que a região apresenta, em brutal contraste com o nível de renda médio já alcançado. Quero apenas enfatizar o fato de que esse quadro existia antes da última grande seca e se mantinha sem maiores alterações após 20 anos de forte crescimento econômico, cujas taxas dificilmente poderão ser igualadas em futuro previsível.

Não tenho dúvida de que essa engrenagem voltará a produzir os mesmos resultados no futuro se, retomado o crescimento, não formos capazes de dotar a região de uma estrutura agrária capaz de assegurar uma melhora efetiva nas condições de vida da população rural, ou seja, orientada para a produção de alimentos de consumo geral. Quando falo de estrutura agrária refiro-me não apenas ao sistema de produção, mas também ao de comercialização e financiamento dessa produção.

O sistema atual só poderá ser modificado se o produtor de alimentos de consumo geral — os pequenos proprietários, arrendatários e posseiros — deixar de ser esmagado pela pirâmide compacta de intermediários comerciais e financeiros, tornando-se suficientemente forte para organizar-se em cooperativas, ter acesso direto ao crédito oficial e gerar poder de mercado. Nenhum avanço será realizado se não se conseguir elevar o nível de vida dos produtores pequenos e médios, pois somente eles têm aptidão para criar uma agricultura ecologicamente adaptada à região semi-árida e absorvedora de mão-de-obra.

Essa nova estrutura agrária deverá ser o instrumento de uma política econômica que tenha como principal objetivo dinamizar a oferta de alimentos de consumo popular. Nas condições estruturais que atualmente prevalecem, os recursos do crédito oficial tendem a favorecer a produção de excedentes utilizados fora da região, ou então são absorvidos pela intermediação e canalizados para fora da agricultura.

É necessário que se compreenda as conseqüências anti-sociais da política de crédito subsidiado como um reflexo da estrutura agrária, que surgiu historicamente vinculada a mercados externos. No quadro dessa estrutura, a pobreza dos que trabalham a terra transforma-se em fonte de renda para os grandes proprietários e os intermediários. O objetivo de uma nova política terá que ser claro: dotar a região de uma estrutura agrária que favoreça a elevação da renda real da massa dos agricultores e os estimule a investir, absorvendo progresso técnico. Se estes requisitos estruturais não forem satisfeitos, torna-se impraticável uma verdadeira política de desenvolvimento. Neste caso, as políticas de fomento agrícola continuarão favorecendo a geração de excedentes em benefício de grupos privilegiados.

Nada é mais importante para o desenvolvimento do Nordeste do que o aumento da resistência da região aos efeitos das secas. Nunca é demais afirmar que estas são parte da realidade nordestina, como as neves perenes são parte do mundo dos esquimós. Como duvidar da afirmação de que o impacto das secas seria menos negativo se a economia nordestina fosse mais bem adaptada à realidade ecológica regional, particularmente se a estrutura agrária não tornasse tão vulnerável a produção de alimentos populares?

Se o rápido crescimento dos anos 60 e 70 aumentou a vulnerabilidade da região, é porque o verdadeiro problema não está na produção, e sim na impropriedade das estruturas. Nada nos impede, no futuro, de aumentar consideravelmente a resistência às secas, reduzindo seus efeitos calamitosos no plano social, mesmo a partir de taxas mais modestas de crescimento econômico. Este talvez seja o maior desafio que os nordestinos têm pela frente.

Uma estrutura agrária apta para proporcionar oferta adequada de alimentos populares é condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento. Este processo pressupõe aquilo que os economistas costumam chamar de "motor", ou seja, um centro dinâmico capaz de impulsionar o conjunto do sistema. Na economia tradicional do Nordeste, esse papel foi exercido, ainda que em escala modesta, pela demanda externa. Era a época da economia primário-exportadora. No período mais recente, ele correspondeu aos investimentos infra-estruturais, quase sempre financiados a fundo perdido pelo governo federal, e aos investimentos industriais, via de regra subsidiados. Tanto no caso da economia primário-exportadora como no da industrialização recente, a impulsão dinâmica produziu um crescimento dotado de pouca ou nenhuma conexão com a demanda interna regional, razão pela qual as transformações sociais foram praticamente inexistentes, frustrando-se o verdadeiro desenvolvimento.

Essa impulsão dinâmica, no entanto, é essencial. Não existe desenvolvimento sem acumulação e avanço técnico, embora a recíproca não seja verdadeira. Uma adequada estrutura agrária é pré-requisito para o desenvolvimento, mas o impulso dinâmico deste processo terá que resultar de uma complexidade e diferenciação crescentes do sistema produtivo em seu conjunto. Numa vasta região como o Nordeste, isso só se torna possível mediante industrialização.

A indústria, em sentido lato, é o setor em que a produtividade cresce mais rapidamente. Portanto, ela é que lidera a elevação dos salários e produz o excedente que alimenta a acumulação e gera novos empregos, inclusive em outros setores produtivos. O terciário moderno também apresenta as mesmas características, mas ele supõe o prévio desenvolvimento do setor industrial. A própria agricultura, em sua fase mais



avançada, integra-se com a indústria, posto que o essencial de seus custos tende a assumir a forma de insumos produzidos no setor secundário.

O problema crucial, num caso tão complexo como o do Nordeste, está em definir o tipo de industrialização capaz de gerar um verdadeiro desenvolvimento, pois sabemos por experiência que a tendência natural é a de favorecer indústrias sem qualquer vínculo direto com o mercado regional.

Importa, de antemão, que nos entendamos sobre nossos objetivos estratégicos, os quais terão necessariamente que ser de natureza social. Se o desenvolvimento requer a elevação do nível de vida da massa da população, ele somente será alcançado no caso de o salário médio acompanhar o crescimento da produtividade social média e o diferencial de salários tender a reduzir-se.

Uma política dinâmica de desconcentração da renda exige que seja mantido um elevado esforço de investimento, e que este seja efetivamente criador de novos empregos. Trata-se de idéias elementares, mas que nunca é demais lembrar.

O que caracteriza o desenvolvimento é seu projeto social subjacente. O crescimento econômico, tal como o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios de elites ansiosas por modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, então o crescimento se metamorfosea em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não ocorre espontaneamente, mas resulta da realização de um projeto, expressão de uma vontade política.

Se nosso propósito é o de lutar pelo desenvolvimento do Nordeste, uma das primeiras ilusões a abandonar é a idéia de equiparar o nível de renda do nordestino ao do habitante do Centro-Sul. Se esta última região reduzir sua taxa histórica de crescimento econômico, isso repercutirá negativamente sobre o próprio Nordeste. A diferença dos níveis atuais de renda existentes entre as duas populações constitui legado do longo período de desenvolvimento primário-exportador, para o qual o Nordeste era menos dotado do que o Centro-Sul, e dificilmente poderá ser eliminada, pelo menos enquanto esta última região não superar o considerável atraso que a separa das economias desenvolvidas. Cabe acrescentar que não está aí o problema. Nas estatísticas internacionais, o Brasil figura com um nível de desenvolvimento social visivelmente



menor do que aquele que lhe corresponde na classificação segundo a renda por habitante. Nada impede que, para uma mesma taxa de crescimento econômico, ou mesmo para uma taxa inferior na própria região, o Nordeste obtenha resultados mais significativos no plano social do que o Centro-Sul.

Para que o processo de industrialização não seja apenas um "motor" de crescimento mas também um instrumento de homogeneização social, é necessário vinculá-lo amplamente ao mercado regional. É claro que isso não significa o banimento de indústrias primariamente ligadas ao mercado externo à região, mas sim que, no seu conjunto, as atividades industriais devem refletir as condições sócio-econômicas do próprio Nordeste. Em outras palavras, é necessário que a região seja dotada de um subsistema industrial capaz de autogerar seu próprio crescimento, apoiando-se na demanda interna.

Posto que o Nordeste possui uma renda por habitante cerca de três vezes menor do que a existente na região Centro-Sul, é natural que a demanda regional possua uma composição distinta e, *a fortiori*, que a estrutura do setor industrial reflita essa distinção. Mas, na medida em que as indústrias nordestinas tenderam a ser simples prolongamentos das implantadas no Centro-Sul, a estrutura da oferta nesta última região passou a condicionar a demanda no mercado nordestino. Não é difícil perceber que a preponderância dos padrões de consumo da região mais rica teria que traduzir-se, na mais pobre, em maior concentração de renda e agravamento das disparidades sociais.

Amenos que se modifique essa situação, estará o Nordeste condenado a refletir — ampliadas — as notórias deformações da sociedade do Centro-Sul. Longe de contribuir para reduzir as desigualdades sociais, a industrialização continuará a reforçar a tendência estrutural do sistema para concentrar a renda e excluir a grande maioria da população dos benefícios da acumulação realizada com subsídios oficiais.

Portanto, não basta modificar a estrutura agrária. Também é indispensável redirecionar o processo de industrialização. Todo esforço deve ser envidado para obter uma maior integração das indústrias no âmbito da própria região, vinculando-as progressivamente ao mercado local. Isso exige que se estabeleça um regime de reserva de mercado — um protecionismo regional — para as indústrias que se localizem na região e adotem opções tecnológicas compatíveis com a significativa criação de emprego. Indústrias com outra orientação tecnológica também poderão localizar-se ali, mas não há razão para que se beneficiem de estímulos oficiais. O sistema de subsídios e o de reserva de mercado deverão servir ao desenvolvimento do mercado local e da homogeneização social.

Do ponto de vista nacional, trata-se de aplicar uma política de industrialização que leve em conta a dimensão continental do Brasil e suas peculiaridades regionais. A unificação do mercado nacional, obtida nos anos 30, foi exigência de certo estágio da industrialização do país. Seus efeitos negativos nas áreas dotadas de um tecido industrial mais frágil puderam ser amortecidos durante algum tempo, graças aos elevados custos dos transportes inter-regionais. A partir dos anos 50, os transportes passaram a ser amplamente subsidiados, com a construção de estradas a fundo perdido e a adoção de uma política de manutenção dos preços dos combustíveis em níveis baixos. O quadro presente é distinto, pois o estágio atual da industrialização brasileira está exigindo a desconcentração territorial com vistas a economizar gastos em transportes e des congestionar os grandes centros industriais do Centro-Sul, onde são notórias as deseconomias criadas pelo excesso de aglomeração. É no quadro de uma política industrial orientada para a solução desses novos problemas que devemos reivindicar para o Nordeste uma maior autonomia de decisão.

São estes, a meu ver, os dois eixos de uma política capaz de abrir para o Nordeste o caminho de um autêntico desenvolvimento. Para levar adiante uma luta dessa magnitude — que não terá êxito sem a participação entusiástica de toda uma geração — necessitamos dispor, no plano político, de adequados instrumentos de ação. Em primeiro lugar, evidentemente, estão as tarefas, de escala nacional, de reconstrução do quadro constitucional e de plena legitimação do poder. Nessa fase de montagem de nova institucionalização, devemos reivindicar uma adaptação do quadro federativo à realidade atual do país, a fim de que uma região como o Nordeste possa preservar sua identidade e adquirir peso específico nas decisões que afetem as condições de vida de seu povo. À Sudene deveriam ser restituídas suas prerrogativas originais, como órgão de assessoramento da Presidência da República e do Congresso Nacional, integrante, ademais, do mais alto nível do sistema de decisões do Poder Executivo. Se o Nordeste não dispuser de instrumentos adequados de ação política, os estados da região continuarão reduzidos ao papel de pequenos satélites numa Federação cada vez mais regida por interesses econômicos que lhes escapam.

Os nordestinos só deixarão de ser vistos com complacência, como dependentes incômodos ou como reserva de caça para aventureiros políticos, na medida em que o Nordeste constitua uma vontade política própria e amadureça a consciência de seus problemas. Então, será recuperado o papel que já lhe coube nos destinos nacionais. Não será por falta de fé no futuro deste país que os nordestinos deixarão de cumprir a missão que lhes corresponde na obra histórica de reconstrução que temos pela frente.



SUGESTÕES PARA LEITURA

- FURTADO C., *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste* (documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1959.
- FURTADO C., *A operação Nordeste*. Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.
- SUDENE, *Projeto Nordeste (concepção básica)*. Recife, 1984.
- Fundação João Pinheiro, *Um reexame da questão nordestina*, Belo Horizonte, 1984.